



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 093

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 093

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 06

Requerimentos 08

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 13

Dep. Antonio Belinati 14

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 15

Dep. Enio Verri 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PPS

Dep. Marcelo Rangel 16

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

2ª Discussão 20

1ª Discussão 20

Discussão Única (Proposição) ... 27

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

Errata:

Comissão Executiva

Ato nº 631/08 32

DIÁRIO Nº 093

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Geraldo Cartário,

Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Ribas Carli Filho, (08).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 022/08

Curitiba, 06/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64, conforme especifica, assim como adotar outras providências.

Propõe-se a alteração do artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64, para que os membros do Conselho Estadual de Educação do Paraná tenham o direito de perceber ressarcimento pelas despesas decorrentes de viagens, a serviço do referido Órgão, e não apenas quando convocados para sessões do Colegiado.

Tal medida justifica-se tendo em vista a necessidade dos Conselheiros de se deslocarem a serviço do Conselho por todo o território do estado do Paraná e, às vezes, para outros estados, uma vez que são responsáveis não somente pela normatização e emissão de pareceres, sobre assuntos de sua competência, como também lhes é inerente promover e divulgar estudos sobre o Sistema Estadual de Ensino, além de realizar sindicância, sempre que julgar conveniente (artigo 17 do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação, aprovado pelo Decreto nº 2817, de 21/08/80).

A mudança de lei garantirá aos membros do Conselho Estadual de Educação condições de cumprir plenamente os encargos que lhes são atribuídos, permitindo ressarcimento de despesas com viagens, a serviço do Órgão, por meio do fornecimento de transportes e pagamentos de diárias de viagem.

Cabe salientar que o Conselho Estadual de Educação, conforme o inciso I, do artigo 4º, do Regimento Interno da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pelo Decreto nº 1396, 05/09/07, faz parte da Direção Superior do referido Órgão.

Entendeu-se, tecnicamente melhor, a separação das disposições do artigo, criando-se dois parágrafos com a finalidade de dar maior clareza à redação, em atendimento ao artigo 11, da Lei Complementar Federal nº 095, de 26/02/98.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre os de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou Conselheiros.

§ 1º Os Conselheiros terão direito a:

I - transporte até o local da reunião, quando convocados para as sessões do Conselho ou de suas Câmaras, a serem realizadas em locais diferentes daquele do seu domicílio;

II - diárias, cujo valor será o equivalente ao fixado para os Órgãos Estaduais, quando necessária a realização de viagem para atender os interesses do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º O Presidente do Conselho Estadual de Educação e os Conselheiros perceberão, pelo exercício das atribuições das respectivas funções, gratificações pelos encargos a elas inerentes.”

Art. 2º O Poder Executivo disciplinará a presente lei por decreto, inclusive os valores das gratificações de que trata o artigo 73, parágrafo 2º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO Nº 409/08 - GAB

Curitiba, 07/08/08.

Senhor Presidente:

Comunico, e para as necessárias providências legais e constitucionais, que tenho recebido honroso convite para participar da posse dos Srs. Governadores dos Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná (Paraguai), me ausentarei do país no período de 14 até 17/08/08.

Aproveito a oportunidade para externar votos de consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

OFÍCIO Nº 309/08 - GP

Curitiba, 25/07/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata de matéria atinente ao Corpo de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Atenciosamente,

(a) NESTOR BAPTISTA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, dos cargos em comissão, ficam reajustados no percentual de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), em conformidade com a tabela de níveis de vencimentos, constante do anexo desta lei.

Parágrafo Único. O reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) corresponde à revisão geral anual prevista no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual e no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/01/08.

ANEXO

Quadro Efetivo

Refer/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1.621,50	1.901,23	2.229,22	2.613,77	3.064,63	3.593,14	4.212,86	4.871,18	6.106,00
02	1.645,13	1.928,92	2.261,69	2.651,84	3.109,27	3.645,51	4.265,22	4.972,26	6.232,71
03	1.669,09	1.957,02	2.294,64	2.690,49	3.154,58	3.698,64	4.318,31	5.075,45	6.362,05
04	1.693,41	1.985,53	2.328,07	2.729,69	3.200,55	3.752,52	4.372,19	5.180,78	6.494,08
05	1.718,08	2.014,46	2.362,00	2.769,47	3.247,15	3.807,17	4.426,88	5.288,29	6.628,84
06	1.743,12	2.043,83	2.396,41	2.809,84	3.294,46	3.862,64	4.482,35	5.398,03	6.766,41
07	1.768,52	2.073,61	2.431,32	2.850,78	3.342,46	3.918,90	4.538,66	5.510,06	6.906,82
08	1.794,29	2.103,86	2.466,78	2.892,33	3.391,17	3.976,01	4.595,75	5.624,40	7.050,15
09	1.820,48	2.134,53	2.502,75	2.934,48	3.440,57	4.033,94	4.653,66	5.741,11	7.196,46
10	1.846,99	2.165,62	2.539,20	2.977,24	3.490,70	4.092,71	4.712,42	5.860,25	7.345,79
11	1.873,90	2.197,17	2.576,20	3.020,64	3.541,55	4.152,35	4.772,06	5.981,86	7.498,23

Cargo em Comissão

Cargo	V. Básico	Rep. Gab.
DAS-1*	583,60	889,30
DAS-2*	515,06	781,80
DAS-3	480,04	728,61
DAS-4	410,48	623,03
DAS-5	375,42	569,82

1-C	242,26	142,38
2-C	223,75	131,49
3-C	206,54	121,38
* Representação Gasolina: R\$ 32,46		

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre a tabela de vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos, titulares de cargos efetivos e em Comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para fins de revisão geral anual dos vencimentos (artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual).

Como objetivo desse Anteprojeto, está a recomposição do poder aquisitivo do vencimento básico dos servi-

dores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas durante o ano de 2007.

O índice de reajustamento é fruto do percentual inflacionário, calculado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, gerido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de janeiro a dezembro de 2007, conforme demonstrado no quadro abaixo, que contém os índices mensais e sua cumulatividade no período.

Fonte: IPCA - IBGE

Compet.	Índice	Acum. (%)
Jan.	0,44	0,44
Fev.	0,44	0,88
Mar.	0,37	1,26
Abr.	0,25	1,51
Mai.	0,28	1,79
Jun.	0,28	2,08
Jul.	0,24	2,32
Ago.	0,47	2,80
Set.	0,18	2,99
Out.	0,30	3,30
Nov.	0,38	3,69
Dez.	0,74	4,46
Acumulado no ano		4,46%

A reposição salarial se dará a partir de janeiro/2008, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras deste Tribunal, bem como a adequação da presente proposta à política de reajustes adotada pelos Poderes Executivo e Judiciário.

O impacto orçamentário financeiro da presente proposta importará, no ano de 2008, em um acréscimo de R\$ 4.541.485,00 (Quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), os quais serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme demonstrado a seguir, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Tribunal de Contas do Estado

do Paraná, fixados pela Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

A projeção dos percentuais de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida para o exercício corrente e os dois exercícios subsequentes, apurados em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a 0,93% para 2008, 0,89% em 2009, e 0,85% em 2010, abaixo, portanto, dos limites definidos pela referida lei, que fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II, III, artigo 20 da LRF) em 1,36% e o limite prudencial (parágrafo único, artigo 22 da LRF) em 1,29%.

Encontra-se anexa a Declaração do Ordenador da

Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei

Estadual nº 15750/07) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008/2011.

EVOLUÇÃO DA DESPESA PROPOSTA - PROJEÇÃO 2008/2010				
	Previsão R\$ Atual	Proposto C/ 4,46% Corpo Adm		
	2008	2008	2009	2010
Recursos Do Tesouro - Orçamento Total Previsto				
	142.999.110	142.999.110	149.673.700	160.601.230
Limites Da Despesa Com Pessoal				
Limite Máximo 1,36% sobre a RCL*	177.213.567	177.213.567	185.188.178	193.521.646
Limite Prudencial 1,29% sobre a RCL**	168.092.281	168.092.281	175.656.434	183.560.973
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais				
Total - Valores Mensais	8.881.782	9.226.049	9.226.049	9.226.049
Total - Valores Anuais	117.103.481	121.644.966	121.644.966	121.644.966
Receita Corrente Líquida - RCL***	13.030.409.371	13.030.409.371	13.616.777.793	14.229.532.793
% Despesa Com Pessoal sobre a RCL	0,90%	0,93%	0,89%	0,85%
Orçamento P/ desp. Pessoal - Recursos Tesouro				
	119.330.330	119.330.330	128.578.570	138.180.230
	Atual	Proposto		
	2008	2008	2009	2010
Folha De Pagamento - Valores Mensais	8.881.782	9.226.049	9.226.049	9.226.049
Folha De Pagamento - Valores Anuais	117.103.481	121.644.966	121.644.966	121.644.966
Acréscimo Mês		R\$ 344.267		
Acréscimo Ano		R\$ 4.541.485		
* (incisos I, II e III, art.20 da LRF)				
** (§ único, art. 22 da LRF)				
*** Receita Corrente Líquida: Valores realizados até dezembro/07 com aplicação do índice de correção de 4,5%, utilizado nas correções orçamentárias estado/união p/2008, estendido para os exercícios de 2009 e 2010.				
Projeção folha valor base FEV/2008				

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, § 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2008 e no Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba. 25/07/08.
NESTOR BATISTA - Presidente

Indicações

INDICAÇÃO Nº 185/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha, no município de Nova Aliança do Ivaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:
O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atri-

buições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha, no município de Nova Aliança do Ivaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Aliança do Ivaí, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha.

INDICAÇÃO Nº 186/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Santa Maria, no município de Alto Paraná.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Santa Maria, no município de Alto Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Paraná, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Estadual Santa Maria referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Santa Maria.

INDICAÇÃO Nº 187/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Rainha da Paz, no município de Alto Paraná.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Rainha da Paz, no município de Alto Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Paraná, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Estadual Rainha da Paz referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Rainha da Paz.

INDICAÇÃO Nº 188/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Amaporã.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Amaporã, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Amaporã, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Estadual Olavo Bilac referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Olavo Bilac.

INDICAÇÃO Nº 189/08

SÚMULA:

Sugere a reativação de módulos policiais.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, SUGERE ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Segurança Pública a reativação de módulos policiais para minimizar os inúmeros e graves problemas relacionados à segurança da população paranaense.

Cabe salientar que diversos especialistas em segurança defendem a volta dos módulos policiais, classificando como modelos de padrão internacional na área de segurança, há um aumento significativo da confiança da população que poderá encontrar os policiais em casos de emergência nos referidos módulos policiais.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER preferência de votação a Proposição nº 053/08 - veto apostado ao Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, item nº 09 da Ordem do Dia da presente Sessão, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá as outras providências.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Chico Noroeste.

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER destaque para a votação do artigo 27 da Proposição nº 053/08 - Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 828/07, item nº 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de

Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá as outras providências.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Teruo Kato, Nereu Moura, Chico Noroeste e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Ziareski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nayr Galvão de Medeiros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Anardina Dezone, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Izabel Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Helio Ricardo Ferrando, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egidio Costa Pinto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tito Schulmam, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lurdes Zander MD, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jauri Luiz Rogenski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dalva Ramos de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Ozorio da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Assis Cabral, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência dos nobres Pares, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Comunidade Nova Aliança, de Londrina. Fundada em 1963 pelo casal Lygia e Samuel de Souza, as primeiras pregações do evangelho na cidade foram ministradas em praças públicas, teatros e tendas de lonas. Essas foram montadas na Avenida Paraná e posteriormente na rua Bahia. Pais de quatro filhos: Samuel Jr., Jônatas, Davi e Velma. Lygia e Samuel formam um casal modelo de vida cristã. Amassaram muito barro, enfrentaram poeira, enormes sacrifícios materiais, mas com as bênçãos de Deus e uma exemplar perseverança, superaram todos os obstáculos, organizando uma grande Igreja, que hoje agrega milhares de fiéis. Numa natural transição, desde 1998 o casal Davi e Mônica de Sousa assumiu a continuidade, com muito sucesso espiritual e social aos trabalhos da Igreja semeados há 45 anos. Uma creche - SANA foi implantada no Jardim Franciscato, uma das áreas mais pobres do município, acolhendo, com amor, crianças oriundas de famílias carentes.

A Comunidade Nova Aliança, pelo abençoado trabalho de seus Pastores e participação de seus fiéis, é uma Igreja digna do reconhecimento público desta Casa de Leis, decisão que requeiro seja comunicada ao Pastor Davi de Souza, com votos de que nosso Deus, nosso Pai celestial continue derramando chuvas de bênçãos sobre todas as famílias que fazem parte dessa comunidade.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo prioridade de investimentos de recursos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Tal solicitação justifica-se pela manutenção das excelentes notas alcançadas pela UEPG no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, salientando que tais notas representam o esforço de professores e acadêmicos, o que a posiciona como uma das melhores instituições de ensino superior do país. Lembramos ainda, que no próximo ano o Ministério da Educação - MEC, realizará visitas técnicas para avaliar instalações físicas, biblioteca e laboratórios para verificar se as instituições estão de acordo com as exigências da lei e a posição hora alcançada pela UEPG só poderá ser mantida mediante investimentos para a manutenção, recuperação e ampliação da sua estrutura.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, sugerindo prioridade de investimentos de recursos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Tal solicitação justifica-se pela manutenção das excelentes notas alcançadas pela UEPG no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, salientando que tais notas representam o esforço de professores e acadêmicos, o que a posiciona como uma das melhores instituições de ensino superior do país. Lembramos ainda, que no próximo ano o Ministério da Educação - MEC, realizará visitas técnicas para avaliar instalações físicas, biblioteca e laboratórios para verificar se as instituições estão de acordo com as exigências da lei e a posição hora alcançada pela UEPG só poderá ser mantida mediante investimentos para a manutenção, recuperação e ampliação da sua estrutura.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada Comissão que liga o distrito de Vidigal ao município de Jussara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se da estrada de ligação do distrito de Vidigal (município de Cianorte) ao município de Jussara, a qual, se pavimentada, virá facilitar em muito o acesso dos moradores das duas localidades, principalmente os diversos trabalhadores da destilaria da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Jussara.

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada Albanês, localizada no distrito de São Lourenço, município de Cianorte

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da referida estrada rural, que possui aproximadamente 10 quilômetros, ligando a rodovia PR-567 à Rodovia BR-487, virá beneficiar sobremaneira várias empresas que a utilizam para o escoamento de safra agrícola e produção industrial, dentre elas: COCAMAR, COAMO, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Fecularia Zé Custódio, Fecularia Maniva e Indústria Amafil. Ainda, a pavimentação desta estrada rural beneficiará os pequenos agricultores da região.

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando estudos objetivando a possibilidade de construção de um viaduto no cruzamento da avenida América com a avenida Maranhão, localizado no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Valdomiro Gonçalves Pereira, da Câmara Municipal de Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um cruzamento de vias públicas onde freqüentemente ocorrem acidentes. Como a instalação de semáforos se apresenta inviável devido a existência

de aclave no local, a solução mais pertinente seria a execução de um viaduto, o qual reduzirá a zero os riscos de acidentes.

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a implantação do Núcleo de Repressão ao Tráfico de Drogas (NRTD) nos municípios de Ponta Grossa e Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a cessão de terreno da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG para o estado do Paraná, com o objetivo de construir o Hospital Regional de Ponta Grossa:

- Como ocorreu, desde o início, a cessão do terreno em tela? Apresentar histórico.

- Anexar cópia da documentação (ofícios, portarias e resoluções administrativas dos Conselhos Superiores) referente à decisão e efetivação da cessão do terreno primeiramente ao município de Ponta Grossa e em seguida ao Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 343/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A utilização de radares eletrônicos em perímetro urbano fica restrita a fiscalização de vias onde o limite máximo de velocidade seja superior a 60 Km/h quando assim se justificar pelo tamanho e condições de circulabilidade da via, consoante o que dispõe o artigo 61 da Lei nº 9503 de 1997.

Art. 2º Em vias onde o limite máximo de velocidade for inferior a 60 Km/h a fiscalização deverá ser realizada pela autoridade competente através de outros meios que não o radar eletrônico.

Parágrafo Único. Admite-se excepcionalmente a instalação de radares para fiscalização de limites máximos de velocidade inferiores a 60 km/h em frente de escolas, hospitais e templos religiosos e congêneres.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Os equipamentos medidores de velocidade têm como objetivo primordial garantir a integridade física dos usuários das malhas rodoviárias e urbanas, contribuindo também para a sustentação dos cofres públicos, no caso de infrações às normas gerais de controle do tráfego, por parte dos condutores dos veículos.

Não vemos a instalação de radares como meio para dar flagrantes em condutores infratores, mas sim como medida educativa, a fim de se reduzir os índices de acidentes automobilísticos no perímetro urbano. Por esse motivo, faz-se necessário uniformizar a velocidade parâmetro utilizada pelos radares eletrônicos, de modo que os condutores não sejam mais surpreendidos com multas em locais onde sequer há a sinalização correta de qual a velocidade máxima a ser obedecida.

Frequentes são os casos em que em uma mesma via há radares que utilizam como velocidade parâmetro ora 60 Km/h, ora 40 Km/h, devido a uma curva acentuada, por exemplo. Tendo em vista que a grande maioria dos radares instalado possui como parâmetro a velocidade de 60 Km/h, admitir a instalação de radares que possuam como parâmetro velocidade inferior a este valor, sem a devida sinalização, confunde e engana o condutor, que sequer tem a consciência de que está cometendo uma infração de trânsito, perdendo assim a multa seu caráter educativo.

Acreditamos que de igual modo a instalação de radares com valores superiores a 60 Km/h, sem a respectiva sinalização, por divergir do padrão a que está acostumado o condutor também acaba por confundir-lo, entretanto tendo em vista que não acarretará qualquer prejuízo ao condutor que continuará respeitando o limite de 60 Km/h, é admissível.

Já no que tange a análise de aspectos concernentes a legalidade frise-se que ato encontra-se revestido de flagrante inconstitucionalidade a luz dos princípios trazidos pela nossa Carta Magna em seus artigos 5º e 37, destacando-se, neste contexto, o princípio da boa-fé e da finalidade dos atos administrativos.

Por boa-fé entenda-se o dever de lealdade, de transparência dos atos públicos. Assim, as ações do estado devem tanto quanto possível evitar interpretações ambíguas, de modo que reste claro aos administrados qual a recomendação a ser seguida e qual será a respectiva sanção em caso de descumprimento.

Já o princípio da finalidade aplica-se na interpreta

ção das normas administrativas que devem sempre visar o interesse da coletividade e ainda sempre ter em vista o objetivo para o qual a lei foi criada, ou seja, ou sua verdadeira razão de ser.

Destarte, forçoso é concluir que a utilização de diversos valores de velocidade como parâmetro para a imposição de multas por radares eletrônicos além de gerar uma insegurança jurídica ao administrado, que não sabe ao certo qual norma administrativa deve obedecer, viola ainda o princípio da boa-fé e da finalidade, pois uma medida que inicialmente deveria ter caráter educativo acaba, por fim, servindo simplesmente como forma de enriquecer os cofres públicos.

Assim, tendo em vista estas considerações, apresento o presente projeto de lei, contando com a indispensável aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 344/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos, pelos centros comerciais, shopping centers ou estabelecimentos similares, em todo estado do Paraná.

Parágrafo Único. O número de cadeiras de rodas a ser disponibilizada deve ser proporcional ao número de estabelecimentos pertencentes ao centro comercial, na proporção mínima de 01 (uma) cadeira para cada 20 estabelecimentos.

Art. 2º O fornecimento das cadeiras de rodas referido no artigo 1º será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário, cabendo, exclusivamente aos estabelecimentos comerciais mencionados, o fornecimento e a manutenção das mesmas, em perfeitas condições de uso.

Art. 3º Os centros comerciais deverão afixar em suas dependências internas, inclusive nas garagens, cartazes ou placas indicativas dos locais onde as cadeiras de roda encontram-se disponíveis aos usuários.

Art. 4º O estabelecimento que violar o previsto nesta lei incorrerá em multa diária no valor de 100 (cem) UFIRS.

Art. 5º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os deficientes físicos e os idosos não tem a mesma facilidade de locomoção das pessoas normais

ou jovens. Para que eles possam gozar de todos os direitos da população, inclusive o de locomover-se com dignidade dentro dos centros comerciais, faz-se necessário o oferecimento de cadeiras de rodas, pela administração dos mesmos.

Não se trata de privilégio ou paternalismo, mas de promover um tratamento diferenciado de acordo com a peculiaridades de cada ser humano, para garantir a igualdade entre os mesmos.

Além disso, constatamos que o projeto de lei encontra-se em conformidade com os preceitos Constitucionais, principalmente com o artigo 5º da Constituição Federal, que determina a obrigatoriedade do estado promover a defesa do consumidor e com o seu artigo 24, que estabelece a competência concorrente para legislar sobre produção e consumo.

Encontra-se também em adequação com a Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) que, em seu artigo 55 estabelece:

Desta forma, respeitando-se todos os princípios constitucionais e legais que envolvem a matéria em comento, bem como diante das realidades atuais e da necessidade de um tratamento digno aos idosos e portadores de deficiências, conto com a colaboração dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 345/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 14743, de 15/05/05, alterada pela Lei nº 15492, de 09/05/07 com a seguinte redação:

“VI - em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a crianças.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Teruo Kato, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Edson Strapasson, Miltinho Pupio, Cleiton Kielse, Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Alyson Wandscheer, Dobrandino da Silva, Carlos Simões, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Péricles de Mello, Luiz Eduardo Cheida, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Luiz Nishimori, Augustinho Zucchi, Stephanes Júnior, Fábio Camargo, Alexandre Curi e Francisco Bühner.

JUSTIFICATIVA:

Estamos reapresentando a presente proposição, que tem por objetivo proibir fumar em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a criança.

A proposta em tela procura preservar as nossas crianças, da ação maléfica do fumo, quando participarem de eventos a elas destinados.

Um erro de digitação na elaboração da Redação Final do Projeto de Lei nº 016/08 levou o Sr. Governador vetá-lo, após o mesmo ter sido aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 346/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14285, de 09/02/04, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica a administração estadual do estado do Paraná, autorizada a contratar, em caráter de voluntariado, reservistas das Forças Armadas do Brasil e da Polícia Militar do Estado do Paraná, por um período de um ano, sem vínculo empregatício direto com o estado do Paraná, com fulcro na Lei Federal nº 9608, de 18/02/98, que dispõe sobre o trabalho voluntariado no Brasil.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa alterar o artigo 1º da Lei nº 14285, de 09/02/04, que trata de contratação em caráter voluntariado de reservista das Forças Armadas.

Com a proposta, o autor pretende incluir o parágrafo 1º da Lei 14285, além dos reservistas das Forças Armadas, também a contratação em caráter voluntariado dos reservistas da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Com a inclusão dos reservistas da Polícia Militar, pretende-se aumentar o efetivo da Polícia, pois com o aumento da criminalidade, existe a necessidade de repor, pelo menos em parte, o efetivo da instituição.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, uma das maiores aflições do mundo moderno, tanto no setor privado como no setor público, é com relação à qualificação de servidores ou de funcionários para as empresas privadas, do ponto de vista da qualificação técnica profissional. O Governo brasileiro está investindo maciçamente, de novo, nas escolas técnicas. O Paraná está sendo contemplado com muitas escolas técnicas de nível médio profissionalizante. Na região oeste do Paraná se constituiu um APL na área de moda bebê na cidade de Terra Roxa. E para a nossa felicidade, em função desse programa federal de incentivo aos APLs e também de acordo com a votação local, os empresários do setor têxtil, especificamente com o APL moda bebê, em função disso a cidade receberá uma escola de nível médio para que possamos qualificar trabalhadores na formação de nível médio na área de designer, por exemplo, que vai atender àquela região e àquela cidade. Terra Roxa mudou totalmente o seu perfil depois que se consolidou esse APL.

Neste mesmo raciocínio, o Paraná está com programa de qualificação de servidores municipais, é um programa que está sendo conduzido pela SEDU-PARANACIDADE, a Escola de Governo e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. É o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública. É fundamental para servidores públicos municipais, servidores públicos estaduais, servidores públicos também do Legislativo que querem se aperfeiçoar. Esse curso será ministrado em parceria com a Universidade Federal e será um curso à distância. Ele tem o objetivo de graduar e elevar a escolaridade média de servidores públicos, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população e contribuindo com o desenvolvimento sócioeconômico do Paraná.

Esse curso, Sr. Presidente, acredito que caberia inclusive estimulá-lo para que membros deste Poder Legislativo também pudessem realizá-lo. Esta Casa é uma Casa que precisa, cada vez mais, de servidores que são concursados, e aqueles que não são concursados que queiram também se preparar para a gestão pública, curso superior tecnológico em gestão pública, poderiam fazê-lo.

Não tenho dúvida que o Brasil, do jeito que está caminhando, as cidades cada vez mais melhorando a condição de vida para a população, quanto mais se investir na qualificação profissional, melhor será o desempenho das cidades. Quanto mais criarmos condições para que a população tenha cursos profissionalizantes, para que os servidores públicos sejam qualificados, para que eles sejam valorizados, não temos dúvidas que o país caminhará cada vez melhor, cada vez com condições ideais do ponto de vista de prestar serviço público de qualidade, melhorando o atendimento à população.

Então, esse curso superior, Tecnologia em Gestão Pública, tem as suas inscrições abertas até o dia 15 de agosto. Ele é importantíssimo para Prefeituras, para ser-

vidores públicos municipais e estaduais. Então, para quem não tem o nível médio e não tem o curso superior, poderá concluí-lo na área de gestão, curso superior de Tecnologia em Gestão Pública. Isso com certeza, ajudará na qualificação do serviço público prestado.

Espero que membros do Poder Legislativo também possam fazer. Basta que haja a adesão dos Presidentes dos Poderes Legislativos municipais e, aqui, no caso, talvez o nosso Presidente venha a assinar a adesão para que alguns servidores daqui, também, possam fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati que, aliás, teve seu discurso de ontem elogiado pelas pessoas com quem teve contato hoje.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Obrigado, Presidente Nelson Justus.

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Chico Noroeste, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, visitantes, paranaenses que nos dão a honra acompanhando nosso pronunciamento pela TV SINAL e pela TV MERCOSUL.

Recebemos um e-mail da eminente professora Josete Maria Vichineski. Vou tomar a liberdade de ler, porque retrata os anseios dos nossos valorosos mestres do Paraná:

“Ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Antonio Belinati.

Muito grata pela sua gentil atenção. Coloco-me ao seu dispor para outras informações que se fizerem necessárias sobre o assunto. Já estamos no final da primeira década de um novo século e milênio, e está mais do que na hora de professores que lecionam em sistemas de privação de liberdade receberem um respaldo da lei. Portanto, é de primordial importância o apelo de legisladores paranaenses. Reitero a minha sugestão de que merecemos respeito em nosso trabalho de levar o direito de estudar a educandos privados de liberdade. Não podemos ser alvos de desrespeito, tais como: a) imputação sem fundamento de culpa, assim como calúnia, injúria e difamação, através de falsos testemunhos.”

Isso acaba ocorrendo, muitas vezes, com o professor. Ele é caluniado, injuriado, sofre processo administrativo e, muitas vezes, não tem culpa alguma. Por vezes, de maneira injusta, o professor acaba se aborrecendo e acaba até sendo prejudicado.

“Um das formas de acabar com essa atitude imprópria a servidores públicos, que deveriam ser o exemplo para pessoas privadas de liberdade projetarem uma nova caminhada em suas vidas, seria obrigatoriamente numa sindicância ou, quem sabe até, a avaliação do trabalho do servidor, do acesso às câmaras. Se o Governo investiu recursos públicos nessa tecnologia com

o dinheiro da sociedade, por que não utilizá-la devidamente dando uma satisfação de uso adequado ao povo paranaense? Não seria o caso de rever o Estatuto do Servidor Público?” Está na hora, mesmo de rever esse Estatuto do Servidor Público, para melhorá-lo, para dar mais garantia, mais segurança aos nossos valorosos servidores públicos estaduais.

“b) Preconceito de idade. Na sequência, não seguiria também um preconceito de aparência quando se trata do preconceito de idade? c) Uso de dois pesos e duas medidas. Não adianta o Governo, através da Secretaria Estadual de Educação, elaborar uma outra resolução referente a servidores públicos que prestam serviço em regime de parceria no sistema de privação de liberdade, se a anterior nem sequer está sendo cumprida. Não adianta proibir os professores de dobrar a sua carga horária para 20 horas/aula se foram selecionados para ministrarem 10 horas/aula na mesma disciplina, enquanto, aliás, já foi permitido na mesma cidade, até instituição, de que professores dobrassem as suas cargas horárias em outras matérias, em outros cargos, em outras funções.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Se houve erro não se respeitando a resolução anterior, que se corrija. Daí, sim, pode se elaborar uma outra, mas através de uma construção coletiva, como se deve ser em um Governo democrático.

Precisamos do apoio, do meu apoio como Deputado e dos demais Pares.

Então, professora Josete Maria, da minha parte, da nossa Bancada do Partido Progressista, tenha a certeza, eu tenho vários irmãos professores, e independente dos irmãos professores eu sei do trabalho sério e dedicado de cada professor. Do professor que não trabalha só quando está em sala de aula, mas que trabalha quando está em casa, corrigindo provas, preparando tarefas, corrigindo tarefas. Professor que tem muitas alegrias dentro de uma sala, mas que muitas vezes volta para casa com esgotamento, com depressão, nervoso, por um ou outro mau aluno que vai para sala de aula não para estudar, mas para tumultuar, infernizar a vida do professor.

Daí, Presidente, a professora Josete tem razão, cabe a todos nós apoiarmos, independente de saber se o professor votou ou não votou, para quem votou ou para quem não votou, é nosso dever, é nossa responsabilidade defender, aqui, que o Governo trate com seriedade, sem perseguição, sem dois pesos e duas medidas, trate com igualdade, valorizando o trabalho dos nossos valorosos mestres.

Por último, agora, Deputada Cida Borghetti, V. Exa. que está ao lado do Presidente Nelson Justus, queria aproveitar este momento para defender aqui as nossas autoridades, muitas já merecerem um puxão de orelhas, e bem dado, porque o que tem de autoridade neste país que se elege, pega criança do eleitor no colo, às vezes o narizinho

da criança está escorrendo. Aí, que bonitinho! Dá beijinho no titio! Quando era permitido dava chupetinha, bala, brinquedo. E muitos se elegeram, muitos chegaram ao poder e continuam tratando o povo com o mesmo respeito. Mas, tem determinados figurões da política brasileira, da política paranaense, que se elegem e ficam com uma baita perna-de-pau, não é nem salto alto. Aí, vestem uma camisa de seda, lenço de seda no bolso, bate a porta na cara do eleitor, não atende o telefone, muda o celular. Aí, tem muito Prefeito, tem muito Governador, inclusive o próprio Presidente Lula, que não recebe o povo.

Getúlio Vargas foi Presidente e foi o maior amigo do trabalhador brasileiro. Tinha dia na semana que ele atendia a classe pobre, até o descalço com o dedão de fora, ou naquele tempo Alpargatas Rodas, que a nova geração não sabe o que é, mas era o sapato do pobre brasileiro. A dona-de-casa, muitas vezes até com o Alpargatas Rodas, ou com o dedão para fora, tinha acesso ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, onde Getúlio Vargas se suicidou, e conseguia fala com o Presidente. Hoje você não fala nem com o ante-chefe do chefe, do chefe, do chefe, do chefe, você não entra no Palácio do Planalto se não tiver um baita pistolão.

Isso não é crítica ao Lula, não. É uma crítica geral. Qual é o dia que o povo consegue falar com o Governador do Paraná? E a crítica também não é só ao Governador. Na minha cidade, por exemplo, o povo está encontrando sérias dificuldades em Londrina, em chegar ao gabinete do Prefeito para apresentar suas reivindicações. Temos uma fita gravada de empresários ligados à Indústria Exal, que queriam implantar a indústria em Londrina. Foram até a Prefeitura para tentar falar com o Prefeito, mas ele estava em uma reunião política e não pode atender. Os empresários levaram a indústria embora da cidade.

Presidente Nelson Justus, V. Exa. conhece o ex-Senador Francisco Leite Chaves, que foi Senador 12 anos pelo Paraná, que é de Londrina e está morando em Brasília neste momento. Eu me encontrei com o Leite Chaves, meu amigo, em um dos primeiros shoppings construídos no Brasil, por ele. Ele me fez um desabafo, contando-me que foi até a Prefeitura de Londrina, porque queria conversar com o Prefeito da cidade. Ele se apresentou e se identificou, mas a secretária me disse que eu não seria recebido. “Não porque sou um ex-Senador, quem em Brasília sou recebido pelo Presidente da República; mas porque sou um empresário estabelecido aqui de um grande empreendimento e não é possível que eu seja recebido no Palácio do Planalto e da Alvorada e aqui eu não consiga ser recebido pelo Prefeito da minha cidade”. Isso foi dito pelo ex-Senador Leite Chaves. Ele ficou tão aborrecido pela “porta” que levou, que ele alugou todo o empreendimento comercial em Londrina por um grupo de Maringá, por muitos anos, e ficou aborrecido com a cidade.

Até hoje eu não vi V. Exa., Presidente Nelson Justus, negar audiência para ninguém no seu gabinete. É

dever nosso de Deputado, Vereador, Governador, Secretário de Estado, Ministro e Presidente abrir as portas para ouvir o povo. Ouvindo o povo aprendemos muito. O maior professor que um político tem em sua vida é o povo. Então, não subestime a inteligência do povo, não mudem a sua postura e o seu jeito de ser após as eleições. Porque é aquele velho ditado, que a dor de barriga não é uma vez que dá. De vez em quando um Deputado se “queima” em uma região, vai com a sua malinha para outro canto e chega em um ponto que ele não tem mais região para bater, porque em todas em que ele buscou o voto e foi desleal e não tratou o povo como deveria tratar. Lamentamos o “salto alto” e a “perna-de-pau” das nossas autoridades.

Sr. Presidente, trabalhei em Brasília como Deputado Federal, fui o 4º Deputado mais votado do Brasil, dos 513 Deputados. Quando chegamos em um Ministério para tentar falar com o Ministro, o Secretário quer saber qual o cacife que você tem para se atrever com o Ministro. Ele quer saber se você é um grande empresário, um Senador, o nome é o que menos importa. No nosso Brasil está é a grande verdade. As nossas autoridades ficam graúdas, poderosas, metidas, vaidosas demais, se isolam e se afastam do povo. Muitas vezes estão indo mal no cargo que ocupam, mas não ouvem o povo, ouvem apenas o puxa-saco dizer: “É maior do mundo”. Na realidade, muitas vezes, ele está no fundo do poço com a sua popularidade e depois fica praguejando o povo quando perde a próxima eleição.

Quem quiser continuar de pé na vida pública, abra a porta do seu gabinete. Não seja um político que se afasta do povo. Dê oportunidade ao povo que votou ou não votou, de ter acesso a você Vereador, Prefeito, Senador, Secretário, Presidente da República. Mas, nós da vida pública, temos um único patrão que é o povo e, portanto, ao povo devemos manter sempre as portas dos nossos gabinetes abertas e as janelas abertas para os céus.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, usaria o horário do PPS.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, senhoras e senhores, cidadãos do Paraná.

Utilizo o horário do PPS para apresentar, na tarde de hoje, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, uma indicação com um programa de Segurança. Mas, antes de apresentar as propostas para uma Segu-

rança melhor no nosso estado, gostaria de dizer que nenhum programa, nada funciona sem antes termos a valorização profissional. Precisa existir essa valorização profissional dos policiais militares do nosso estado. O Governo precisa acertar com urgência a questão do soldo, que é, na minha opinião, totalmente irregular. Não segue o valor do salário-mínimo vigente no país. Muito menos o salário-mínimo vigente no Paraná.

Conversamos com o Secretário da Segurança há cerca de cinco meses atrás, fizemos a cobrança diretamente ao Secretário e ao Governo do Estado para que a questão do soldo se resolvesse o mais rápido possível. E houve um aceno por parte da Secretaria da Segurança Pública para que esse problema fosse sanado mais urgentemente e que seria criado uma espécie de soldão. Mas, até hoje ainda continuamos com um grave problema do soldo dos policiais.

Além da questão salarial, inclusive nos próximos dias teremos aqui uma grande batalha, mais uma vez, no plenário, para que consigamos aprovar as emendas que propõem uma valorização dos salários dos policiais e também, é claro, dos professores, na ordem de 19 a 23%. Pelo menos é a proposta da Bancada de Oposição. Mas, além desse problema sério com relação à valorização, temos o problema de falta de contingente. A cada semestre centenas de policiais saem da ativa, somente na região dos campos gerais, nos últimos meses, mais de 30 policiais saíram da ativa e não existe a reposição.

Apresentamos emendas, inclusive foram apreciadas na CCJ para contemplar a todos os escalões da Polícia Militar também, benefícios, gratificações, para que policiais possam continuar exercendo suas atividades em áreas administrativas. Mas, estou propondo um projeto para que policiais que deixaram a ativa possam ser recontratados para órgãos administrativos, policiais que, com certeza, tem muita experiência, podem colaborar com o nosso estado em áreas administrativas que poderiam, sim, ser recontratados para estas áreas.

Estamos apresentando o projeto ainda nesta tarde.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Além destas propostas aos nossos policiais, aos nossos servidores públicos, estamos solicitando, cobrando da Secretaria da Segurança, a implantação de dois Núcleos de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, principalmente na região de Campo Mourão e na região de Ponta Grossa. São regiões de entroncamento, regiões importantes. Na região de Campo Mourão a violência está crescendo muito, e também na região de Ponta Grossa temos o mesmo problema, graças, infelizmente, ao crescimento do tráfico de entorpecentes, principalmente crack e maconha. E com os NURTES, os Núcleos de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, que ainda não

temos, que não fomos contemplados na região dos campos gerais, nós poderemos, pelo menos minimizar esses problemas.

E estou propondo também, Deputado Plauto, a volta, a reativação dos módulos policiais. Nos países de Primeiro Mundo, o sistema de módulos é muito mais eficaz, já está comprovado isso. No estado do Paraná a atual gestão, o atual Governo não gosta do sistema de módulos. Desativaram os módulos que, infelizmente, estão abrigando, inclusive, até mesmo meliantes em todo o estado do Paraná. Precisamos da reativação dos módulos. Por onde eu ando, nos bairros e em todas as cidades onde eu tenho uma grande representação popular...

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento e a preocupação demonstrada aqui em cima da questão da Segurança. E esta questão dos módulos é uma alternativa que, no passado, quando funcionou, amenizava os problemas regionalizados da falta de segurança, porque lá no módulo está o policial, está a viatura e, naturalmente, naquela região de abrangência daquele módulo, ele acaba sendo um elo de ligação com a Polícia e, naturalmente a Polícia combatendo a criminalidade.

Então, quero parabenizar o seu posicionamento e dizer que esta posição dos módulos é importantíssima e onde funciona, em um ou outro lugar, pode ter certeza que no entorno deste módulo, a região de abrangência que os policiais ali comandam, ele traz muito mais segurança do que a forma como é feita hoje pela Polícia Militar, Polícia essa que tem trabalhado e se desdobrado para tentar combater a criminalidade.

Mas sempre repito, Deputado Marcelo Rangel, falta estrutura. O Governo tem que valorizar esses policiais, mais estrutura, soldo melhor, é isso que a Polícia precisa para poder fazer frente à criminalidade que não pára de crescer no nosso país.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Plauto, e é real. Aumentando a presença policial nos bairros, através dos módulos, tenho certeza absoluta que reativaremos este que é um símbolo da Segurança Pública no estado do Paraná, que é o módulo policial. Vamos dar mais segurança a todos os Paranaenses.

Sr. Presidente, era isto que eu tinha para falar no meu pronunciamento desta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas.

Venho aqui manifestar a grande preocupação, se não de forma idêntica, me somar à preocupação do meu colega Deputado Plauto Miró, sobre a questão do meio ambiente e agricultura. Vi nos jornais, hoje, a preocupação do Ministro da Agricultura dizendo que a agricultura no Brasil está engessada pelas leis ambientais criadas pelo próprio Governo que ele participa. Parece que vivemos uma certa contradição dentro do mesmo Governo, entre as políticas do Ministério do Meio Ambiente e as políticas, ou as pretensões do Ministério da Agricultura. Isso é um problema muito sério e é um problema que nos preocupa muito, sendo o estado do Paraná um estado agrícola.

Afinal de contas, dentro de uma federação, a união se sobrepõe ao estado, o estado como órgão intermediário. Ela se subordina em boa parte das leis ao que a união implementa. Nesse sentido, cria-se uma grande instabilidade entre os nossos produtores rurais, entre as nossas ONGs, entre os nossos ambientalistas. É necessário que se faça uma análise profunda da relação que existe entre desenvolvimento econômico, entre uma agricultura ou agronegócio e a defesa ambiental. Prefiro não usar aqui o termo meio ambiente, afinal de contas o ambiente é inteiro, o problema que temos no mundo é um problema de todos nós. O globo terrestre, a Terra é a nossa casa. Temos que, urgentemente, fazer um desenho de como se garantir o desenvolvimento econômico, como se garantir a sustentabilidade de uma população do globo, do Brasil, do Paraná, sem destruir as nossas florestas.

Parece-me, Deputado Teruo Kato, que a nossa região vive bastante desafio, o noroeste do estado vive esse desafio. Confesso a vocês que vivo bastante dividido olhando dentro das minhas concepções teóricas como economista, como uma pessoa que tem posição crítica, a prioridade do lucro em relação à vida das pessoas. Uma pessoa que questiona que não pode haver desenvolvimento sem distribuição de renda e sem melhoria da qualidade de vida das pessoas. Uma pessoa que acredita que o desenvolvimento e a defesa ambiental é uma coisa só. Não há diferença.

Nesse sentido, me reporto à ex-Ministra Marina, sem dúvida nenhuma, quando estava no Ministério do Planejamento teci várias críticas à Ministra. Teci críticas pelo tempo que se demorava numa resposta de licença ambiental. Não se ela aprovava ou não, Deputado Cheida, porque afinal de contas o que se cobra hoje é uma resposta, e não também é resposta, sem dúvida nenhuma. Havia uma grande crítica, era necessário que o Ministério do Meio Ambiente fosse mais rápido até para dizer não, para que desestimulasse alguns investimentos que fizessem mal ao nosso país. Isso criou grandes transtornos para o nosso Governo. Como membro do Governo Lula sofremos muito com isso.

Hoje o Ministro Minc mostra resultados mais eficientes, hoje ele torna o sim e o não mais rápidos, mas ao mesmo tempo aprofunda divergências, que me parece absolutamente desnecessário que se apareça na imprensa. Não acredito que os jornais sejam o espaço adequado para se mostrar diferenças de concepção dentro de um Governo. Não acredito que seja a imprensa a melhor maneira de se resolver diferenças ideológicas, que normalmente existem dentro de um Governo de composição, como é o Governo Lula. Mas também acredito que a prioridade, a defesa do meio ambiente, que entendo como prioridade à vida, é o melhor caminho. Faço aqui a defesa pública nesses quase sete anos de Governo Lula, pelos avanços que tivemos no Brasil, na luta ambiental, pelo fortalecimento das ONGs, das entidades da organização civil, mesmo o setor empresarial que passa a se convencer que temos, apesar do desenvolvimento, defendido a terra, a água, defendendo a população como a principal bandeira.

Faço aqui a defesa de que o nosso Ministro, Ministro do Paraná, procure conversar mais com os nossos Ministros da área ambiental, converse mais com a Casa Civil, evitando dizer que a nossa agricultura está engessada. Tem problemas? Acho que tem. É preciso que seja conversado internamente no Governo. É preciso que o Governo, dentro de um diálogo, saia fortalecido, para que possamos aprofundar ainda mais a maturidade desse Governo e possamos sonhar, como militante do Partido dos Trabalhadores, que no ano de 2010 possamos reeleger um Governo que dê continuidade a esses oito anos de grande sucesso de desenvolvimento econômico, social e em especial na defesa da vida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

A sua exposição tem muita procedência e queria aproveitar para fazer uma distinção aqui. A sociedade cobra do Governo, de uma maneira muito incisiva, medidas que são consensuais, por exemplo, o desmatamento da Amazônia que, queiramos ou não, é uma realidade dura que qualquer Governo tem que enfrentar e o Governo Lula também enfrenta. É preciso fazer uma distinção entre o que é delito e o que é cultura.

Nesse tempo todo que estive à frente da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, isso me chamou a atenção. Há uma cultura da devastação, muitas vezes, uma cultura de imaginar a natureza como algo infinito e inesgotável que a dona-de-casa tem, o empresário, o trabalhador, o aposentado, o estudante, e há o delito que deve ser punido a ferro e fogo. É claro que o Governo também tem muito à dar para reverter a cultura de um povo no seu entendimento, com relação à questão ambiental e outras, mas, parece-me que essas duas coisas, no momento em que o senhor faz um balanço a respeito da atuação do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, é preciso adendar ao seu depoimento essas questões que me parece que hesitamos em sevir-lhes nisso. É preciso uma nova cultura e que o Governo combata aquilo que é infração, aquilo que a lei desabona, aquilo que, enfim, é delito.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Muito obrigado, Deputado Cheida. Sem dúvida, V. Exa. como grande conhecedor dessa área, claro que me submeto à todas as opiniões com a maior tranqüilidade. O senhor coloca um tema que me preocupa muito.

O delito tem quem cuide. Mas agora, como se constrói, de fato, uma cultura ambientalista? Gostaria de diferenciar aqui cultura de modismo. Na verdade, agora, é moda falar nisso. Só que a moda pode até fazer com que as pessoas estejam convencidas da necessidade de se respeitar o nosso meio ambiente, mas elas não estão convertidas para a luta e, de fato, garantir que isso ocorra. Fala-se muito, se faz muito pouco!

Fica aqui esse apelo para que possamos continuar aprofundando esse debate. Fica aqui o elogio ao Governo do Estado, onde o senhor já foi Secretário e fez um trabalho belíssimo, e o Secretário Rasca continua esse trabalho. O Paraná é um dos modelos nesse trabalho de defesa ambiental, em que pese as críticas dos setores empresariais, que estão mais preocupados com o lucro do que com a vida humana. Mas, sem dúvida nenhuma, irá prevalecer a preocupação da maioria e a justiça está presente como um todo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB. PDT. PMDB.

(Declinam)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para fazer um registro, porque acabei omitindo aqui. O e-mail que recebi da professora Josete Maria era da cidade de Ponta Grossa. Só para registrar a cidade da professora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

No início do expediente de ontem havia dito que tínhamos a intenção de comentar aqui a situação de Mauá, Sr. Presidente. Mauá, como todos sabem, é uma usina que está sendo construída pelo Consórcio Cruzeiro do Sul, onde a COPEL é detentora majoritária e junto com a COPEL está a ELETROSUL. São duas empresas extremamente sérias e qualificadas, talvez duas das

melhores empresas distribuidoras de energia do Brasil e, no caso da COPEL, mais do que distribuidora, mas o que nos chamou a atenção é que já há algum tempo essa usina vem sendo questionada.

Pois bem, agora que há a autorização para que a usina possa definitivamente ser construída, e os canteiros para abrigar os primeiros trabalhadores já estão sendo construídos, nos preocupam algumas situações que não foram respondidas. Nos preocupa, por exemplo, a situação dos ribeirinhos e os senhores sabem que aquela região do rio Tibagi, de Telêmaco Borba a Ortigueira, é uma das regiões de maior biodiversidade de todo o estado do Paraná. E é esse o problema que estamos tentando fazer já há mais de um ano o debate, para sabermos exatamente se isso traz ou não ganhos e se traz ou não prejuízos ao estado do Paraná. É óbvio que sob os olhos da COPEL - e ela está correta em argumentar - é necessário que seja construída essa usina, porque senão o Paraná terá dificuldades, primeiro com a entrega de energia, que já vendeu a partir de 2011, e em segundo terá dificuldades em poder suprir a própria demanda do estado paranaense.

Mas, temos alguns dados que gostaríamos de comentar e que fazem parte justamente daqueles que entendem que Mauá poderia não ser construída hoje sem prejuízo para o estado do Paraná, não só a Frente de Proteção do Tibagi, o Ministério Público Federal, a Liga Ambiental, diversas entidades que têm feito questionamentos à construção dessa usina. Sabemos que a usina de Mauá pode trazer energia, mas não necessariamente para o estado do Paraná. Uma vez que, essas obras já tiveram início, com a instalação dessa infra-estrutura queremos saber o que acontece com as 200 famílias de ribeirinhos, as três aldeias indígenas, a área que tem hoje três lixões e que não são aterros sanitários, cemitérios, despejo de resíduos industriais e o carvão que já havíamos aqui, há quatro meses, apontado que há cerca de 12 alqueires de carvão colocados a céu aberto, além disso como iremos poder responder a Londrina e Cambé, que têm praticamente todo o seu abastecimento proveniente das águas do Tibagi.

Vejam Deputados, estamos falando de uma usina que irá gerar mais de 390 megawatts de energia, mas que hoje, segundo a bióloga Sirlei Beneman, da Universidade Estadual de Londrina, que estuda as espécies de peixes do rio Tibagi, há mais de 20 anos esse rio perderá cerca de 70% das espécies de peixes, que irão desaparecer. O pior de tudo isso é que muitas dessas espécies sequer foram catalogadas. Ou seja, nós estamos cometendo um equívoco, toda a sociedade paranaense, porque daqui 10 anos não iremos dizer se foi a COPEL ou se foi o consórcio, se foi a ELETROSUL, que são empresas sérias, mais iremos dizer que essas espécies foram simplesmente dizimadas do rio Tibagi. Mais ainda, entendemos que se hoje temos necessidade de energia para uma cidade equivalente a 1 milhão de pessoas, que não necessariamente a energia irá para essa cidade, não necessariamente, porque

a energia é vendida, e vai ser vendida no mercado aberto, a energia já está vendida aliás, a energia tem que ser entregue.

Alguns estudos da UNICAMP por exemplo e de outras instituições, dizem que o Brasil poderia reduzir em até 30% o seu consumo de energia hoje com o Programa de Eficiência e Conservação, ganho de 10% do consumo atual com repotenciação das usinas antigas, 10% aumentando a eficiência da linha de transmissão que hoje pega em cerca de 15% da energia gerada quando transmitida, e muitas outras formas de se fazer a utilização da energia sem que para isso nós precisássemos gastar: primeiro, R\$ 1 bilhão que a união e os estados irão se endividar para poder gerar essa energia.

Tenho alguns dados que eu gostaria de passar para que pudéssemos refletir: o Paraná tem um excedente de energia hoje, Deputado Cheida, de energia elétrica de 500 megawatts, muito mais do que irá gerar a usina de Mauá desperdiçado por dificuldades burocráticas. Essa energia que sobra a partir do bagaço de cana, não estamos falando de todas, apenas de 30 destilarias de álcool e açúcar que integram a Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná a ocupar, em todo o Brasil, a sobra de energia chega a 14 mil megawatts produzidos por hora, correspondendo a uma hidrelétrica de Itaipu, ou seja, temos uma hidrelétrica podendo gerar energia a partir do bagaço de cana e que está sendo desperdiçado porque não temos a devida atenção para essa forma de energia.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Tadeu Veneri, quero crer que a população de Londrina, de Cambé e os agricultores que têm propriedade que moram às margens do rio Tibagi devem ficar eternamente gratos a V. Exa. e a todos aqueles que estão preocupados com a construção da usina de Mauá em plena água do rio Tibagi. V. Exa. mencionou que 60% dos peixes vão morrer...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Setenta por cento.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Setenta por cento. E sem energia elétrica o povo até sobrevive, mas com água poluída o povo morre, água contaminada. E V. Exa. foi muito feliz quando abordou que no momento podemos prescindir, não há necessidade, não é urgente essa usina, tanto é verdade que há pouco tempo o Presidente Lula mandou ligar as turbinas da usina de Itaipu para emprestar energia elétrica aqui do Paraná, do Brasil, para a Argentina naquela crise que a Argentina estava vivendo, ou seja, graças a Deus não estamos em crise, não está faltando energia, e é extremamente importante que essa usina não seja construída, porque o povo de Londrina bebe água do rio Tibagi, do ribeirão Cafezal, povo de Cambé também bebe água do rio Tibagi.

Então, estou solidário a V. Exa. e solidário também com todos os ambientalistas que não querem essa construção porque querem o povo com saúde, com vida, e jamais a população da minha terra bebendo água contaminada. Conte com nossa total solidariedade nessa luta que visa a vida, a saúde do povo de Londrina, de Cambé, de Ortigueira, de Telêmaco, enfim, de todo esse pessoal que utiliza as águas do rio Tibagi.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero dizer duas coisas: a primeira é que essa contabilidade que V. Exa. faz dos 14 megawatts de energia que produz a Itaipu e que o bagaço de cana pode gerar é a mesma que uma nova política de energia eólica no Paraná, com torres a mais de 50 metros no novo mapa de ventos feito pelo Lactec pode trazer também. Temos computado quase 11 gigawatts, ou seja, há também quase que uma Itaipu acima das nossas cabeças que não aproveitamos.

Agora, pedi o aparte para dizer a V. Exa. que tramita na Casa um projeto de minha autoria, parado na CCJ, que declara o Tibagi, o Piquiri e o Ivaí como rios passíveis de tombamento, ou seja, o tombamento desses rios. Com isso, não construiríamos nenhuma hidrelétrica. Gostaria do apoio de V. Exa., que já o fez, para que pudéssemos fazer esse projeto andar, e a Mesa Executiva da mesma forma, para que pudéssemos barrar isso que considero o maior disparate...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Cheida, sei que V. Exa., assim como os Deputados da região de Londrina, de Maringá, de todo o norte do Paraná, tem tido uma atenção muito grande na questão desses três rios. Eu me preocupo porque a usina de Mauá não é a única, ela é apenas a primeira. Na verdade, vamos transformar o rio Tibagi, que é um rio inteiro paranaense, talvez, num rio completamente morto, e há outras alternativas. Penso que, na sequência, devemos fazer, inclusive, um debate sobre quem se beneficia de fato da energia barata, que não são os consumidores residenciais.

Sabemos que o consumo residencial, em termos de valores, Deputado Belinati, é muito mais caro do que o consumo industrial. Esse é um tipo de debate que temos a obrigação de fazer, aqui, sob risco de não fazendo continuarmos a fazer usinas hidrelétricas, matando nossos rios, perdendo, fazendo com que nossos pequenos produtores percam suas terras e...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Democratas. Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

(Todos declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 022/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64, assim como adotar outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 409/08-GAB, subscrito pelo Sr. Vice-Governador do Estado, constante do expediente, comunicando sua ausência do país, no período de 14 a 17/08/08, para participar da posse dos Srs. Governadores dos Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná (Paraguai). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 309/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata de matéria atinente ao Corpo de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 185/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha, no município de Nova Aliança do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 186/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária do Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Santa Maria, no município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 187/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Rainha da Paz, no município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 188/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária do Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Amaporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 189/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a reativação de módulos policiais de segurança da população paranaense. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que altera a Lei nº 14257, de 16/12/03, que dispõe sobre o hasteamento da bandeira e execução do Hino do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 426/08, que revoga o artigo 149, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de julho de 2008, conforme Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Instituto Irmãs da Reparação, com sede e foro na cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/08, de 17/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 273/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Enio Verri, declara de utilidade pública estadual, o Instituto Irmãs da Reparação, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, o Instituto que se pretende declarar de utilidade pública possui sede e foro no município de Goiânia, estado de Goiás e representação do município de Londrina, estado do Paraná. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 273/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Irmãs da Reparação, com sede e foro no município de Goiânia, Estado de Goiás e representação no município de Londrina, estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gotas de Esperança - ONG-GOES, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/08, de 18/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 285/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gotas de Esperança - ONG-GOES, com sede e foro no município de Paranavaí.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública também é denominada de Grupo Gotas de Esperança, adotada como símbolo a sigla “GOES”. Desta forma, a fim de adequar o presente projeto aos dados contidos no Estatuto Social, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 285/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Grupo Gotas de Esperança - GOES, com sede e foro no município de Paranavaí.”

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, com sede e foro no município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 305/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, do distrito de Yolanda, município de Ubatuba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a correta denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública é APMF - do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra - Ensino Fundamental e Médio bem como, possui sede e foro no município de Ubatuba, estado do Paraná. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 305/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a APMF - do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Ubatuba, estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Os dois projetos seguintes, Srs. Deputados, os itens nº 07 e 08, ambos são de autoria do Tribunal de Justiça. na Comissão de Constituição e Justiça, na tarde de hoje, vários Srs. Deputados solicitaram vistas, pediram vistas do projeto. Em razão disso, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, em contato com o Desembargador Noronha... Vice-Presidente do

Tribunal de Justiça, marcou uma Sessão Extraordinária da CCJ para amanhã, às 13h30, com alguns esclarecimentos, com a gentileza de termos aqui o Vice-Presidente, Desembargador Noronha para esclarecer eventuais dúvidas àqueles Deputados que solicitaram vistas. Por essa razão, retiramos da Ordem do Dia de hoje o item 07, o item 08, e já recolocamos ambos para a Sessão de amanhã, tão logo sejam aprovados na CCJ.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Retirado da Ordem do Dia.**

PROJETO DE LEI Nº 325/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, em observância ao estabelecido no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º O Fundo de Justiça tem por objetivo prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes da referida estatização, de forma a assegurar condições para a expansão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo da Justiça:

I - o produto da arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços estatizados, conforme as leis de processo e do Regimento de Custas estabelecido pela Lei nº 6149/70, de 09/09/70, com as suas alterações posteriores;

II - as dotações orçamentárias próprias e os recursos consignados em seus orçamentos, por entidades públicas ou por fundos especiais públicos, bem como os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos.

III - as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Poder Executivo, fundos especiais e outros órgãos públicos;

IV - o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

V - as receitas decorrentes da cobrança de atos inerentes ou praticados pelo Fundo;

VI - as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com entidades de direito público;

VII - as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com instituições financeiras e entidades de direito privado;

VIII - as subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma da legislação aplicável;

IX - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

X - o saldo financeiro apurado no Balanço Geral do Estado do Paraná, em cada exercício, correspondente à diferença entre os recursos definidos pelo limite percentual estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Poder Judiciário e o valor dos recursos financeiros efetivamente liberados pelo Tesouro Estadual, por conta da execução do orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no exercício;

XI - outras receitas;

§ 1º As receitas do Fundo da Justiça, exceto as oriundas do Tesouro Geral do Estado, não integram o percentual fixado, para o Poder Judiciário, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O disposto no inciso X deste artigo inclui o saldo financeiro apurado no Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 2007.

Art. 4º Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, após aprovação do Órgão Especial, por maioria absoluta de seus membros, autorizado a destinar para o Fundo da Justiça, por Decreto Judiciário, em razão da conveniência administrativa e do interesse da Justiça, o valor de até 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos financeiros oriundos de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Poder Judiciário com instituições financeiras e entidades de direito privado.

Art. 5º A aplicação das receitas orçamentárias do Fundo da Justiça será feita por meio de dotações consignadas na Lei de Orçamento Anual ou em créditos adicionais, mediante empenho, liquidação e pagamento, abrangendo as Despesas Correntes e Despesas de Capital necessárias à consecução do objetivo de estatização das serventias do foro judicial.

Art. 6º O Fundo da Justiça será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo 1º Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais 05 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os integrantes do Conselho Diretor do Fundo da Justiça não perceberão retribuição pecuniária pelo exercício de suas atividades.

Art. 7º Os recursos financeiros do Fundo da Justiça serão depositados em instituição financeira oficial.

Art. 8º Os bens adquiridos com recursos do Fundo da Justiça serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário e alocados ao Fundo da Justiça.

Art. 9º Aplica-se à administração financeira do Fundo da Justiça, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 10. O Fundo da Justiça será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo o Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Diretor o ordenador das despesas e seu representante legal.

Art. 11. O Fundo da Justiça prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 12. Esta lei será regulamentada por Decreto Judiciário, dispondo sobre os procedimentos relacionados à arrecadação e fiscalização das receitas e sobre as normas para a execução das despesas do Fundo da Justiça.

Art. 13. O Poder Judiciário fará, à conta de dotação orçamentária do Tribunal de Justiça, um aporte ao Fundo da Justiça no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para a implementação desta lei.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a criação do fundo especial denominado Fundo da Justiça, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, conforme estabelecido pelo artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹ e artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná².

1. ADCT, artigo 31. Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

No Estado do Paraná, conforme previsto na Lei nº 14277/03, o 1º grau de jurisdição é composto por 421 (quatrocentos e vinte e uma) Varas autorizadas e, dentre elas, 221 (duzentos e vinte e uma) serventias estão sob o regime privado, com cargos não remunerados pelo erário.

Dessas 221 serventias a serem estatizadas, 24 podem ser oficializadas a curto prazo, por já estarem vagos os cargos dos titulares e 197 a médio e longo prazo, na medida em que ocorrer a vacância, respeitando-se os direitos dos atuais titulares.

É certo que a necessária estatização acarreta um aumento de despesa, tendo em vista os dispêndios com pessoal e encargos sociais dos cargos efetivos a serem criados para a prestação dos serviços judiciários inerentes às serventias estatizadas.

Porém, tal ônus será suportado pela arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços a serem estatizados, os quais estão previstos na Lei Estadual nº 6149/70¹ e na Lei Estadual nº 13611/02.²

Dentre as características dos Fundos Especiais, conforme o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4320/64³, que “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal”, destacam-se:

- a) receitas e despesas especificadas pela entidade jurídica instituidora do fundo.
- b) vinculação legal dessas receitas à realização de determinados objetivos ou serviços.
- c) normas peculiares de aplicação dessas receitas;
- d) transferências para o exercício seguinte de saldo positivo apurado em balanço;
- e) normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, mantida a competência específica para fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Note-se que não há qualquer restrição quanto a forma de pagamento das despesas dos Fundos Especiais, razão pela qual o Fundo da Justiça, do modo como está sendo criado, respeita o ordenamento legal pátrio.

2. CODJPR, artigo 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem (...) § 5º. Ficam estatizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares. § 6º. O Poder Judiciário, observadas as suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, encaminhará mensagem à Assembléia Legislativa dispondo sobre o Quadro de Servidores e respectivos vencimentos, para cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

1. Lei nº 6149, de 09/09/70. SÚMULA: Dispõe sobre o Regime de Custas dos Atos Judiciais.

2. Lei nº 13611, de 05/06/02. SÚMULA: Dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X do regimento de custas dos atos judiciais e adota outras providências.

Por derradeiro, salienta-se que o presente anteprojeto de lei não diz respeito às serventias do foro extrajudicial, as quais são regidas pelo artigo 236 da Constituição Federal nº 1988⁴ e pela Lei Federal nº 8935/94⁵.

Dessa forma, apresenta-se a justificativa do anteprojeto de lei que “cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, em observância ao estabelecido no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná” o qual foi aprovado pelo colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em Sessão Extraordinária Administrativa realizada em 18/07/08.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do aporte de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), previsto no artigo 13 do anteprojeto de lei, em anexo, que cria o Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 22/07/08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

3. Lei nº 4320/64, artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais. Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo. Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

Cria o Fundo da Justiça, visando dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, para prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes da referida estatização, de forma a assegurar condições para a expansão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Fundamentação

Quando se trata de criação legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96 da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

(...)

d) a alteração e organização judiciárias;

Observa-se que a criação do Fundo da Justiça é senão parte do projeto de organização e reestruturação judiciária do Paraná, em cumprimento ao artigo 31 do ADCT, dando efetividade à estatização do foro judicial prevista constitucionalmente.

Nesse sentido, o Poder Judiciário na condição de ordenador de despesa, prevê a origem de recursos e no mesmo sentido declara o total e fiel atendimento às exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual, não encontramos óbice alguma no que tange a esse respeito.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice na Lei Complementar 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

4. Constituição Federal, artigo 236. os serviços notariais e de registro são exercícios em caráter privado, por delegação do Poder Público. § 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. § 2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. § 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

5. Lei Federal nº 8935, de 18/11/94. SÚMULA: Regula o artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios).

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas pelo presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

DEVOLUÇÃO DE VISTAS

Projeto de Lei nº 325/08 de iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná que “cria o Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Paraná”.

O projeto sob análise cria o novo Fundo com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial.

Revela destacar a importância da estatização das serventias como mais uma medida de controle sobre a estrutura destinada à prestação jurisdicional.

Os recursos do Fundo da Justiça se destinarão à execução das despesas decorrentes da estatização.

Na justificativa do projeto de lei consta que algumas serventias serão estatizadas a curto e outras a longo e médio prazo.

Ao Fundo está sendo feito um aporte inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Há conexão deste projeto com o 326/08 pois parte dos recursos do Fundo criado pela Lei nº 12216/08 serão destinados ao Fundo da Justiça do Paraná.

A este Fundo serão também destinados os recursos provenientes das custas judiciais pagas aos cartórios estatizados.

Em que pese à importância da estatização das serventias e a inexistência de inconstitucionalidade aparente no projeto, faz-se necessária análise mais cuidadosa a partir de informações mais detalhadas sobre a matéria.

Para maior segurança de todos os Parlamentares, oficie-se o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para que preste as seguintes informações:

1) Estatizadas as serventias, estas passam a integrar a estrutura estatal e, portanto, suas receitas e despesas serão permanentes.

- Em razão desta constatação, por que as suas receitas e despesas não integram o orçamento geral do Poder Judiciário do Paraná?

- Qual a previsão orçamentária de 2009 para o Fundo que está sendo criado? Identificar detalhadamente as receitas estimadas e as despesas previstas.

2) Há previsão de ingresso de recursos de outras esferas governamentais para o Fundo que está sendo criado.

3) Com a estatização das serventias é mudada a forma de cobrança de custas judiciais pois estas passam a ser receitas públicas, assim como as despesas serão públicas.

- Haverá modificação no regime de custas judiciais?

- Haverá alteração nos valores das custas judiciais?

- Quais medidas serão adotadas para ampliar o acesso dos mais pobres ao Poder Judiciário do Paraná?

As informações supra fazem-se necessárias para que se analise a conveniência e oportunidade da mudança proposta.

O voto é pela finalização do parecer somente depois de prestadas as informações pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

É o meu voto.

Sala das Comissões, em 13/08/08.

(a) TADEU VENERI

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Retirado da Ordem do Dia.**

PROJETO DE LEI Nº 326/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados, a partir de 01/01/09, o parágrafo 1º e a alínea “a”, do artigo 3º da Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º...

§ 1º O produto da arrecadação da Taxa Judiciária será destinado: 98% (noventa e oito por cento) para o FUNREJUS e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.

a) A arrecadação da Taxa Judiciária, será feita, integralmente, pelo FUNREJUS, que repassará o percentual de 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente anteprojeto de lei alterar, a partir de 01/01/09, o parágrafo 1º e a alínea “a”, do artigo 3º da Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98.

A Lei 12216/98 cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário e estabelece em seu artigo 2º que o FUNREJUS tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual;

IV - despesas correntes, exceto com pessoal e encargos sociais, em até, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento) da receita do FUNREJUS, na forma estabelecida pelo regulamento;

Concomitante com o presente anteprojeto de lei o Poder Judiciário está apresentando, à elevada apreciação da Assembléia Legislativa, um anteprojeto de lei que cria o Fundo da Justiça, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, em observância ao estabelecido no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

O FUNREJUS terá, por conseguinte, além da construção de edificações, a atribuição de suprir o Poder Judiciário com móveis, utensílios e outros materiais permanentes, assim como os materiais de informática e os serviços de processamento de dados necessários ao funcionamento das serventias estatizadas, motivo pelo qual justifica-se a alteração na Lei 12216, de 15/07/98, de forma a ampliar os recursos disponíveis para o FUNREJUS.

Dessa forma, do produto da arrecadação da taxa judiciária, um total de 98% (noventa e oito por cento) será destinado ao FUNREJUS e não apenas 50% conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 12216/98.

Por derradeiro, salienta-se que o presente anteprojeto de lei não acarreta aumento de despesas para o Poder Judiciário, motivo pelo qual deixamos de anexar a declaração de compatibilidade orçamentária prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 326/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem o objetivo de alterar a Lei Estadual nº 12210/98, modificando a destinação do produto da arrecadação da Taxa Judiciária.

Fundamentação

O projeto de lei em análise foi proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tem o objetivo modificar a Lei 12216/98, que trata da criação do FUNREJUS, modificando a destinação do produto da arrecadação da Taxa Judiciária.

Primeiramente, devemos observar o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que garante o cabimento da iniciativa de Leis Ordinárias ao Presidente do Tribunal de Justiça:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Desta forma, uma vez que o projeto de lei estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça visa apenas modificar matéria de mérito, alterando uma lei de sua autoria, encontra respaldo constitucional no artigo supracitado.

Uma vez constatada a constitucionalidade do projeto, cabe ainda observar que o mesmo encontra-se em perfeita conformidade com a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa, sendo portanto revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentadas pelo projeto em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 234/08

Curitiba, 16/06/08.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 093/08, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 828/07, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica.

O projeto de lei em questão, ao tratar da reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, acabou por afrontar o texto constitucional, estando a merecer veto nos seguintes artigos:

Art. 27. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior em área afim, que venham a exercer atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento da verba de representação em até 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 34 desta lei, para o cargo de Analista de Controle.

Parágrafo Único. O pagamento da verba de representação prevista no caput deste artigo será devido somente após a Avaliação de Desempenho, feita pela Comissão de Avaliação e Desempenho, designada por ato da presidência.

Inconstitucionalidade: Violação ao artigo 37, inciso XIII. A previsão constitucional veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

O artigo 27 do projeto fez equiparação de remuneração atrelando o valor de espécie remuneratória (verba representação), paga a cargo de maior complexidade (Analista de Controle), com outro cargo de menor complexidade e atribuições (Técnico de Controle), o que é expressamente vedado pelo inciso XIII do artigo 37 da CF/88.

O Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre o tema quando do julgamento da ADI 752/GO, onde julgou inconstitucional lei estadual que estabelecia gratificação de função, devida a policial militar pelo exercício de função privativa de coronel, sendo que a indenização de representação seria calculada com base em percentuais sobre o valor devido ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

Art. 31. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05 de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.

Inconstitucionalidade: Violação ao artigo 37, incisos X e XIII, da Constituição Federal (artigo 27, incisos X e XIII da Constituição do Estado), que vedam a fixação de remuneração sem que seja por lei específica bem como a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

O artigo 31 do projeto equiparou e vinculou os cargos de Consultor Técnico e Consultor Jurídico (atribuições específicas), extintos pela LC 113/05, com o novo cargo de Analista de Controle, para efeitos de remuneração pois determinou que os vencimentos dos cargos extintos pela LC 113/05 “não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle”.

Vinculou de forma a ficar atrelada uma remuneração à outra, ou seja, quando ocorrer aumento no valor da remuneração de Analista de Controle o aumento será automático para os cargos extintos pela LC 113/05, o que é expressamente vedado pelo texto constitucional.

A disposição do artigo 31 do projeto, violou por consequência também o artigo 37, inciso X, que exige lei para fixação e alteração de remuneração, pois através da equiparação de cargos distintos com a vinculação da respectiva remuneração, não precisará mais constar em lei a fixação ou alteração da remuneração dos cargos de Consultor Técnico e Consultor Jurídico, o que é expressamente vedado pela Constituição conforme precedente do Supremo Tribunal Federal na ADIMC 1120/PA.

Art. 32. O percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, reduzido para 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei nº 14507, de 01/10/04, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de Analista de Controle de nível superior, de Consultor Jurídico e Consultor Técnico de nível universitário, sendo recomposto gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas ao percentual fixado, no artigo 4º e parágrafo único da Lei nº 9436, de 09/11/90.

Inconstitucionalidade - Violação ao artigo 37, X, que estabelece que somente mediante lei específica, poderão ser fixados ou alterados a remuneração ou subsídios dos servidores públicos.

A verba de representação constitui parte fixa da remuneração do servidor, não podendo ser fixada *a posteriori* por mero ato administrativo como previsto no presente projeto. A regra constitucional é clara ao determinar que a remuneração somente poderá ser alterada ou fixada mediante lei específica.

Art. 33. A verba de representação de 40% (quarenta por cento) para o cargo de Taquígrafo será substituída pela verba de representação do artigo 27, diante do reenquadramento para o cargo de Técnico de Controle.

Inconstitucionalidade: A verba de representação do artigo 27 é inconstitucional por afrontar as disposições do artigo 37, XIII da CF/88, razão pela qual acarreta o conseqüente veto ao artigo 33.

Art. 34. Ao servidor que, no exercício de suas funções, na atividade de controle externo ou apoio administrativo, for acionado judicialmente ou responder processo administrativo, será garantido pelo Tribunal de Contas do Paraná o pagamento das custas e despesas advindas dos respectivos processos, limitadas aos valores da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Único. Na hipótese de condenação, com trânsito em julgado, o servidor deverá restituir as despesas pagas pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Inconstitucionalidade: Violação aos artigos 5º, *caput*, 37, *caput* e parágrafo 4º da Constituição Federal, e artigo 27, *caput* e parágrafo 5º, e 34 da Constituição do Estado do Paraná.

O artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, insculpiu o princípio da isonomia dentre os basilares do ordenamento brasileiro, determinando que a lei não irá criar distinção de qualquer natureza entre os iguais.

O servidor público do Tribunal de Contas faz parte da categoria de servidor público, que tem seus direitos e garantias assegurados na Constituição Federal e Estadual, sendo admitido algumas diferenças em razão da natureza e do grau da atividade a ser desenvolvida pelo servidor.

No caso em questão, a situação de se garantir o direito de ter as despesas processuais pagas pelo Tribunal de Contas quando o funcionário é acionado judicial ou administrativamente, por ato praticado no exercício de suas funções, pois afronta ao *caput* dos artigos 5º e 37 da CF/88.

O artigo 37 da Constituição Federal (artigo 27, *caput* e parágrafo 5º da CE), determina que a administração pública de qualquer dos Poderes da união, estados, Distrito Federal e municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispondo ainda no artigo 37, parágrafo 4º, penalidades aos servidores condenados por ato de improbidade administrativa.

O artigo 34 da Constituição Estadual elenca, dentre outros, os direitos dos servidores civis do estado, não constando o referido direito de ter as custas processuais pagas pelo órgão público a que esteja vinculado o servidor, dentre os ali mencionados. Frise-se que este direito não é específico a uma determinada categoria de funcionário, todos os servidores públicos teriam que ter o mesmo direito já que sujeitos as mesmas conseqüências quando da realização de seus atos no desenvolvimento de sua atividade.

Conceder um direito somente aos servidores do TCE por lei ordinária, cria uma desigualdade de tratamento com os demais servidores dos outros Poderes do estado e do próprio Poder Legislativo (Assembléia), que somente possuem garantidos os direitos gerais elencados no artigo 34 da Constituição do Estado.

Art. 35. Fica criada a advocacia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que funcionará em colaboração à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nas causas em que o Tribunal de Contas do Paraná possua interesse.

Parágrafo Único. O Presidente do Tribunal de Contas do Paraná designará dentre os Analistas de Controle com formação jurídica, os servidores que exercerão a função de Advogado do *caput* deste artigo, que funcionarão junto e sob a direção da Diretoria Jurídica do Tribunal.

Inconstitucionalidade: Violação as disposições dos artigos 37, II e 132 da Constituição Federal, e aos artigos 27, II, 123 e 125 da Constituição do Estado do Paraná.

O artigo 35 do projeto merece veto por criar a Advocacia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para funcionar em colaboração à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nas causas em que o Tribunal de Contas do Paraná possua interesse, nomeado para a função de advogado, servidor integrante da carreira de Analista de Controle por ato do Presidente do Tribunal de Contas, em afronta as disposições da Carta Federal insculpidas no artigo 37, II e 132, bem como 27, II e artigos 123 e 125 da Constituição do Estado do Paraná, que prevêm como único órgão executor da advocacia pública a Procuradoria Geral do Estado, senão vejamos:

a) o *caput* do artigo 35 do projeto é inconstitucional porque, nos termos do artigo 132 da Constituição Federal, e artigo 123 da Estadual, o único órgão de execução da advocacia pública do estado do Paraná é a Procuradoria Geral do Estado. Somente a PGE detém competência constitucional para representar o estado do Paraná judicial e extrajudicialmente. Nos termos do

artigo 125 da Constituição do Estado, o exercício da atribuição da Procuradoria Geral do Estado é privativo dos Procuradores integrantes da carreira, organizada e regida por estatuto próprio definido em lei complementar.

Portanto, nos termos do artigo 123 da CE, o único órgão de execução da advocacia pública do estado do Paraná é a Procuradoria Geral do Estado, lei ordinária não pode dispor contra a regra constitucional, criando cargo de advogado para atuar na Advocacia do Tribunal de Contas em auxílio à PGE.

Afora isto, ressalte-se que não terá função alguma a referida Advocacia do Tribunal de Contas, já que não poderá representar judicialmente e nem extrajudicialmente o estado do Paraná, nos termos da Constituição Estadual.

b) O parágrafo único do artigo 35 do projeto, afronta o artigo 37, II da CF/88, (artigo 27, II CE), que determina que o provimento de qualquer cargo só poderá se dar através de concurso público de provas e títulos. No caso, a lei cria o cargo de Advocacia do Tribunal de Contas e estabelece que o mesmo será composto pelos integrantes do cargo de Analista de Controle com formação jurídica, escolhidos por ato do Presidente do TCE, ou seja, um cargo que terá investidura derivada, sem concurso público, mediante mera nomeação de membros integrantes de outra carreira para exercer o referido cargo, em total afronta ao texto constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Assembléia Legislativa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 828/07 encontra-se publicado no DA nº 046/08, de 07/05/08, em 1ª Discussão)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 053/08

P A R E C E R :

1 - Do Projeto

O Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas, dispõe sobre a reestruturação de plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e foi vetado parcialmente pelo Governador do Estado, sendo este aprovado por esta Casa em Sessão Plenária e encaminhado ao Governador do Estado para vetar ou sancionar, sendo que o mesmo, manifestou veto parcial.

2 - Previsão Legal

Compete privativamente ao Governador, vetar projeto de lei, em todo ou em parte no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento.

A Constituição Estadual no artigo 87, inciso VII c/c 71, parágrafo 1º, assevera que:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

No dia 17/06/08, houve o recebimento do Ofício nº 243/08 - OF/CTLCC, encaminhado pelo Governador do Estado, sendo o projeto de lei vetado parcialmente no dia 17/06/08, assim dentro do prazo constitucional.

Diante do exposto, a Proposição de Veto nº 053/08, deverá ser apreciado em Sessão única, conforme assegura o artigo 71, parágrafo 4º da Constituição Estadual.

Assim, o presente veto deverá ser encaminhado ao Plenário para votação.

Sala das Comissões, em 12/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 2054, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoio dos Srs. Deputados Teruo Kato, Nereu Moura, Chico Noroeste e 01 ilegível, constante do expediente, solicitando destaque para a votação do artigo 27 da Proposição nº 053/08 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 828/07. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, solicito à Mesa uma informação porque como o veto sobre todos os artigos, o veto na verdade é um projeto de lei, e é um projeto de lei único. Como é que podemos desmembrar esse projeto de lei votando parte dele?

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Estamos requerendo destaque para um artigo, aliás...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pois e, não há artigo porque o projeto, na verdade, é um veto como um todo. Ele veta o artigo 27, veta o artigo 31, veta o artigo 32, mas veta os artigos do projeto anterior. Na verdade, ele é um projeto que veta todos aqueles, é um projeto só. Entendo que não há como desmembrar...

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Na mensagem do Governador há o artigo 27.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não, Sr. Presidente. Eu só quero esse esclarecimento porque o que há é o veto ao artigo. Veja, Sr. Presidente, o projeto de lei em questão, que trata da reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas, acabou por afrontar o texto constitucional, estando a merecer veto nos seguintes artigos. Então, ele é o veto,

porque na verdade ele é um projeto só em todos aqueles artigos. Entendo que não há como fazer destaque para votarmos separadamente os vetos. Ou o veto é o projeto todo, votamos o veto todo, ou mantém o veto na íntegra, ou derruba o veto. Não há como separar em pedaços. É esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Entendo a preocupação de V. Exa., mas o veto do Governador, estou de posse dele aqui, ele veta os artigos 27, 31, 33, 34 e 35. Então, esses artigos foram vetados pelo Governador. Agora, sim, solicita-se destaque apenas para um dos artigos vetados pelo Governador, com o artigo 170 do nosso próprio Regimento Interno.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Tadeu, acho que a posição do Presidente procede, porque eu vejo assim: como é possível o Governador vetar parcialmente o projeto, é possível também esta Casa analisar parcialmente o veto, desde que especificamente seja dado o destaque ao artigo.

Então, acho que tem razão V. Exa., podemos fazer a votação de parte do veto, podemos manter parte do veto e podemos não manter, de acordo com o entendimento do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Art. 127 do Regimento Interno, Sr. Presidente, no parágrafo 3º, havendo pedido de destaque, a indicação será submetida à discussão e votação única. Portanto, é perfeitamente regimental a decisão de V. Exa., aliás, esta Casa por diversas vezes votou destaque de veto, quando o veto é parcial. Quando o veto é total, não cabe o destaque. Mas quando o veto é parcial a Assembleia pode, sim, destacar algum artigo.

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

O artigo 27 diz o seguinte: **(Lê artigo 27)**.

Significa que quem tem curso superior, mas que está enquadrado no nível médio do Tribunal de Contas. Este poderá pagar uma gratificação para esta pessoa exercer uma atividade de curso superior, já que a pessoa possui o curso superior. É mais do que justo que o Tribunal de Contas possa ter essa faculdade de dar um incentivo, uma gratificação a alguém que seja concursado para curso médio, mas que tendo curso superior vai exercer a atividade para a qual ela se formou, mas que vai ter uma compensação financeira, já que o seu concurso é para curso médio. Não existe nada de mais, é algo simples que apenas fará justiça aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Tadeu Veneri em seguida o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

O veto ao artigo 27, parece-me que é um dos temas que temos discutido, desde o dia que veio o projeto para cá. Eu já havia colocado algumas dúvidas a respeito desse artigo, coloquei aqui em Plenário, o que a maioria entende de forma diferente, o que é absolutamente legítimo. Quero apenas ler, Sr. Presidente, as razões do veto aposto pelo Governador. O que diz o Governador quando veta: inconstitucionalidade. Violação: artigo 37, inciso XIII da Constituição Federal:

(Lê inciso).

Há tempos atrás, Sr. Presidente, eu já havia dito a V. Exa. que o entendimento que tenho é que, diferentemente do Deputado Nereu, se você tem um concurso público para uma determinada função, ela é ocupada pelo nível médio, mesmo que o detentor, Deputado Enio Verri, venha a ter por sua vontade expressa um curso superior. Automaticamente, ele não pode ser enquadrado em uma remuneração de curso superior, porque o concurso ao qual ele se submeteu era o concurso para o nível médio.

No meu entendimento há um veto correto, justamente porque o veto procura fazer com que não tenhamos aquilo que se chama provimento derivado. O Deputado Romanelli, que é advogado, sabe que você faz concurso para uma determinada situação e não pode internamente ter outra atribuição que aquela para a qual se propôs quando do concurso público. Senão, apenas para termos um exemplo muito grosseiro, Deputado Romanelli, faríamos um concurso público para uma função de nível médio e depois, por termos o curso superior, ainda que executando a função de curso superior, receberíamos como curso superior. É correto o mérito, Deputado Nereu, e não tenho a menor dúvida, uma vez que exerce. Mas, do ponto de vista do concurso público, ele esbarra na inconstitucionalidade. E volto a insistir, aprovado ou derrubado o veto, será passível, com toda certeza, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Porque não é possível, há outras situações e aqui diz inclusive, se os senhores pegarem o próprio veto, o argumento do Governador diz: “O Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre o tema quando o julgamento da ADIN nº 752/Goiás, onde julgou inconstitucionalmente a lei estadual que estabelecia gratificação de função devida a policial militar pelo exercício de função privada de Coronel, sendo que a indenização de representação seria calculada com base nos percentuais sobre o valor devido ao Comandante Geral da Polícia Militar”.

Ora, já há uma ADIN e posso estar muito equivocado e esse é o momento para fazermos o debate, mas já há uma ADIN em situação muito semelhante a essa. E nós teremos aqui, se derrubado o veto, provavelmente ou possivelmente também uma ADIN com relação a esse artigo 27. Porque é um artigo que frontalmente fere aquilo que diz a Constituição Estadual. Por isso, entendo que o veto deve ser mantido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, ressaltar que o Deputado Tadeu Veneri, de certa forma, cumpriu as funções que eu deveria cumprir aqui nesta tribuna.

Quero dizer, Exa., que consultei a nossa Bancada e o exercício da Liderança do Governo que pratico nesta Casa é sempre no sentido de respeitar a opinião de cada um dos Parlamentares.

Muito bem. Os vetos do Governador, todos têm sido mantidos nesta Casa. E nesse caso também, esse veto há de ser mantido com uma única exceção que é justamente em relação ao artigo 27, nesse destaque pedido pelo Deputado Nereu Moura, que trata exclusivamente de um tema que não me recuso a enfrentá-lo. Porque se trata inegavelmente de uma inovação, do ponto de vista de superar as restrições havidas da leitura, da inteligência do artigo 37 da Constituição, no que trata da transposição de carreiras. O estado do Paraná, inclusive, tem sido pródigo em construir novas alternativas. Basta ver o novo Plano de Cargos e Salários dos servidores das universidades estaduais, que justamente acabou com a possibilidade de ter transposição. O servidor pode entrar no ensino fundamental, ensino médio e da maneira como vai se aperfeiçoando, vai adquirindo saberes e efetivamente vai podendo ascender funcionalmente numa carreira única. É uma nova regra, moderna, que é fruto da evolução do direito administrativo no nosso estado e no nosso país.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que o Tribunal de Contas, que é um órgão que trabalha em absoluta parceria com esta Casa, vinculado a esta Poder, cumpriu o que determina a Constituição: enviou a esta Casa uma mensagem, essa mensagem foi fruto de um amplo debate, as votações transcorreram num clima de muito debate, o veto apostado pelo Governador é constitucional, está bem fundamentado. Mas, o que quero dizer é o seguinte: que peço a manutenção do veto no seu todo, mas libero a Bancada para que cada um vote conforme determina a sua consciência, para que possa cada um exercer o seu direito de escolha. Especificamente esse ponto, porque é um ponto controvertido e se efetivamente houver como alegado, porque o benefício, não tenho dúvida que é muito grande. Mas, se houver alguma ilegalidade, certamente haverá uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra esse tema.

Acho que o Governador Requião cumpriu o seu dever, e esta Casa também. Ao analisar o veto o legislador faz uma escolha e neste caso específico eu libero a Bancada em relação a votação do destaque do artigo 27 desse projeto de lei.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, está em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação exclusivamente o artigo 27. Deputados contrários ao veto votam com a expressão NÃO e os favoráveis ao veto com a expressão SIM.

Portanto, o Deputado Nereu Moura encaminhou a expressão NÃO. O Deputado Tadeu Veneri encaminhou a expressão SIM. E o Deputado Luiz Claudio Romanelli liberou a Bancada. Está bem claro.

Portanto, os Srs. Deputados que forem contrários ao veto votam com a expressão NÃO. Os Deputados favoráveis ao veto com a expressão SIM. Haverá a necessidade de 28 votos para que o veto seja derrubado ou mantido.

Trinta e oito Srs. Deputados presentes.

Trinta e três com a expressão NÃO; três com a expressão SIM.

Está derrubado o artigo 27 do veto.

Agora votamos o veto.

Deputados favoráveis ao veto votam com a expressão SIM.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas para poder encaminhar. Agora votamos SIM para poder manter o veto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Deputados que forem favoráveis ao veto votam com a expressão SIM. Os contrários votam com a expressão NÃO.

Encerrada a votação, procede-se a apuração: 28 votos SIM; oito votos NÃO; 38 Deputados presentes. **Está mantido o veto.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2026, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2027, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2030 a 2032, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2033 a 2045, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2053, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoio do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2057, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2028 e 2029, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 274 e 287/08 e do Projeto de Resolução nº 015/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 285 e 305/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 319, 325 e 326/08.

Levanta-se a Sessão.

Errata:

Estamos republicando o Ato da Comissão Executiva nº 631/08 por ter sido publicado com erros no Diário da Assembléia nº 073/08

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 631/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3912, datado de 13/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDISON MEIRA COSTA, para exercer cargo em comissão, junto a Presidência, a partir de 01/05/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.05.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

